



“Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada”: correspondência de Mário de Andrade e Graco Silveira

“God Forbid I Should Mean for That Your Indication Is Wrong”: Letters Between Mário de Andrade and Graco Silveira

Ricardo Gaiotto de Moraes

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, São Paulo /
Brasil

rgaiotto@gmail.com

Resumo: Ainda que não contenha um número abundante de cartas, a correspondência entre Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, e Graco Silveira, então professor da Escola Normal Complementar de Itapetininga, apresenta nexos que revelam um diálogo em torno da língua nacional, das variantes linguísticas e do folclore do interior do estado de São Paulo. Este artigo busca, por meio da leitura dessa correspondência e de artigos publicados em periódicos, como *O Estado de S. Paulo* e *Revista do Arquivo Municipal*, reconstituir alguns dos nexos desse diálogo, que surgiu graças ao convite de Mário de Andrade para que Graco Silveira participasse apresentando uma comunicação no Congresso de Língua Nacional Cantada, de 1937, organizado pelo Departamento de Cultura.

Palavras-chave: correspondência; Mário de Andrade; Graco Silveira; língua nacional.

Abstract: Although there is no abundant number of letters, the correspondence between Mário de Andrade, then director of the São Paulo’s Department of Culture, and Graco Silveira, then professor of the Normal Complementary School of Itapetininga, presents links that reveal a dialogue around the Brazilian’s national language, language variants and folklore of the interior of the state of São Paulo. This article aims to reconstitute some of the nexuses of this dialogue, by comparing the the correspondence with articles published by Graco Silveira in newspapers and magazines, such as *O Estado de S. Paulo* and *Revista do Arquivo Municipal*. The dialogue between the two authors started thanks to an invitation by Mario de Andrade to Graco Silveira by presenting a paper at

the Congress of National Singing Language (Congresso de Língua Nacional Cantada), which took place in São Paulo in 1937, and was organized by the Department of Culture.

Keywords: correspondence; Mário de Andrade; Graco Silveira; national language.

1 Distanciamentos e aproximações.

Graco Silveira¹ publicou dois livros de poemas, *Manhã* (1921) e *Rapsódias* (1924). O primeiro foi editado pela Monteiro Lobato & Cia, que, na *Revista do Brasil* (1922, v. 19, n. 74), anunciava: “muito bem recebido pela crítica; magnífica edição”. Sobre o segundo, escreveu Astrojildo Sintra no jornal *O Combate*: “o finíssimo poeta de *Manhãs*, num redondilhado de ouro a esplendor gaza prateada, carna versos preciosos que sobremaneira encantam” (23 jun. 1924, p. 4). Um de seus poemas foi publicado no jornal *Caldas de S. Pedro*:

Tarde no Paranapiacaba

A Procópio Ferreira Junior

Já refluí para o ocaso a luz do firmamento.
Pelos fundos grotões e pelas serranias.
Dorme, agora, o silêncio. A tarde expira... o vento
treme sobre o caudal das névoas erradias.

Foi um gênio brutal, rebelado e violento,
que estas furnas cavou e ergueu as penedias:
pois há um misto de sonho e de humano tormento
no cenário a carvão destas serras bravias.

Sim, um misto de dor nestes ermos, à hora
em que a lua aparece, a terra dorme, e pelas
profundezas da mata, a alma das cousas chora!

Os funerais do sol! O céu se embrusca. E, aos pares,
vão as nuvens passando, entre tochas de estrelas,
como negros corcéis a galope nos ares!
(SILVEIRA, 1936, p. 3)

¹ Graco Silveira Santos (São Roque, 1900 – Santos, 1970) foi professor de Português na Escola Normal e Complementar Peixoto Gomide, em Itapetininga, filólogo, escritor e poeta.

Os alexandrinos do soneto, que figuram o cair da tarde no rio paulista com abundância de prosopopeias e aliterações, evidenciam que a poesia de Graco Silveira, apesar de publicada em momento de efervescência do verso livre dos modernistas, continuava a tradição do verso medido e da forma fixa. A oração concessiva não representa aqui qualquer reprimenda, apenas indicia uma diferença.

Entre 1937 e 1941, Mário de Andrade e Graco Silveira estabeleceram diálogo epistolar. No conjunto de cartas, não há qualquer comentário sobre poemas, outro assunto é que proporcionará o diálogo entre os dois autores: o interesse pelo folclore e pelas variantes da língua falada no Brasil, numa correspondência que começa por ocasião do Congresso da Língua Nacional Cantada.

A partir do conjunto de cartas entre Mário de Andrade e Graco Silveira,² este artigo desenvolverá alguns pontos de intersecção entre os dois autores, contextualizando o diálogo estabelecido na correspondência por meio de artigos publicados em jornais e revistas, o que, de certa forma, estabelece um diálogo imaginado que transborda os limites das cartas. Para isso, será necessário algumas vezes comentar mais os textos de Graco Silveira que de Mário de Andrade, tendo em vista que uma pesquisa sobre os estudos linguísticos daquele autor ainda está por ser feita.

Interseções em torno da Língua Nacional.

Em fevereiro de 1937, a *Revista do Arquivo Municipal* (v. 32, fev. 1937), editada pelo Departamento de Cultura de São Paulo, publicou o artigo “Sobre a origem da linguagem”, de Graco Silveira; nele, o autor discute a origem das línguas, contrastando teorias do final do século XIX e do início do XX. Parece vir daí os primeiros indícios do momento em que os caminhos de Graco Silveira e Mário de Andrade se cruzaram, uma vez que este era diretor do Departamento de Cultura.

² As cartas, cujo remetente é Mário de Andrade, foram publicadas em dossiê da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (MORAES, 2017, p. 255-262), para mais bem contextualizar a data das cartas, passo a indicar como referência a data de escrita da carta; aquelas cujo remetente é Graco Silveira encontram-se no Arquivo na Série Correspondência Mário de Andrade, no arquivo do escritor, no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo.

Na correspondência, a primeira carta entre os dois data de 19 de março de 1937. Graco Silveira, então lente da Escola Normal de Itapetininga, recebeu um convite de Mário de Andrade para que colaborasse com uma comunicação no I Congresso de Língua Nacional Cantada, ocorrido em julho de 1937. Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de abril de 1970, seis meses antes de sua morte, Graco Silveira atesta que as relações dele com o então diretor do Departamento de Cultura, “a princípio formais, tornaram-se mais amistosas” depois do congresso. Transcreve, no artigo, um trecho do convite, em tom formal e oficial, de Mário de Andrade na supracitada carta:

Sr. Graco Silveira

Esta Diretoria tem o prazer de convidar V. Sa. para elevar com sua presença, o Congresso da Língua Nacional Cantada, que o Departamento de Cultura realizará na semana de 7 a 14 de julho deste ano.

[...]

É de crer-se que, caso as personalidades de valor intelectual de V. Sa. se disponham a vir a S. Paulo participar das deliberações ou pelo menos mandar alguma tese ou comunicação, o Congresso da Língua Nacional Cantada alcance a utilidade nacional que almeja ter.

Esta diretoria insiste particularmente com V. Sa., a que atenda ao convite do Departamento de Cultura (SILVEIRA, 1970, p. 52).

Graco Silveira responde à carta, em 16 de abril de 1937, agradecendo o convite e prometendo responder mais tarde se poderia comparecer. Aproveita para fazer uma pergunta. Descreve uma frase toada de uma cantiga que registrara em um povoado isolado, na Zona da Ribeira, às margens do rio Etá, sudeste do estado de São Paulo, próximo à cidade de Itapetininga. Conta que, após conversar com os habitantes da região, “todos sem qualquer contato estrangeiro” ou com “urbanos”, conseguira recolher a “toada de uma cantiga”, cuja principal frase musical transcreveu na carta, que considerava se tratar de uma “genuína música de viola”:

Quer parecer-me genuína música de viola, extreme de enxertos, mas é o Sr. quem o poderá dizer. Também nunca ouvi semelhante “toada” entre caipiras de outros lugares – e tenho convivido com diversos. Interessa-me conhecer sua valiosa opinião, mesmo por causa de um artigo que pretendo escrever sobre o assunto (SILVEIRA, 16 abr. 1937).

A pergunta e a anotação musical pareceram despertar em Mário de Andrade interesse pelos conhecimentos em pesquisa de folclore do remetente, talvez sobretudo porque a anotação poderia indicar possibilidade de pesquisa em lugar ainda relativamente isolado e não explorado. Como contou o próprio Graco Silveira no artigo da década de 1970 no *Estado de S. Paulo*,³ talvez também tenha chamado a atenção do diretor do Departamento de Cultura, o artigo “Linguagem e Sociologia” (13 jan. 1937, p. 4), em que Silveira levantava hipóteses sobre as causas da evolução das línguas. Para ele, a partir de conceitos da sociologia de Augusto Comte, a mudança na língua poderia ser explicada pela lei da inércia, a partir de forças de alteração e de conservação, determinada por três aspectos: periodismo, certas palavras voltariam ao léxico vernáculo de tempos em tempos; concurso de atividades múltiplas, às quais estariam submetidos os falantes; reconciliação, representada por uma ordem natural opressora de organização executada, sobretudo, pela sintaxe. Além disso, a única força que poderia colocar a língua em movimento de alteração seria o desempenho do gênio.

Ainda que nas anotações de *A gramatiquinha da fala brasileira*, de Mário de Andrade, haja referências a livros como *Língua Nacional*, de João Ribeiro, e *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral,⁴ e não aos trabalhos de Graco Silveira, os estudos linguísticos se pautavam em discussões sobre a língua falada e escrita no Brasil que faziam parte da ordem do dia. Tania Regina de Luca, ao traçar a trajetória da *Revista do Brasil*, afirma que, ainda na década de 1920, era comum os textos que tentavam diferenciar a língua do Brasil e a de Portugal. De um lado, estavam aqueles que defendiam ser a variação produto de leis evolucionistas; de outro, aqueles que afirmavam ser “os brasileirismos” “formas arcaicas conservadas na América” (DE LUCA, 1999, p. 254). Em favor desses últimos, *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, teria comprovado definitivamente a sobrevivência das formas arcaicas dos “brasileirismos”, dando um novo passo nos estudos sobre o assunto. De certa forma, os artigos de Graco Silveira dialogam com essas tendências ao focalizarem a natureza das mudanças linguísticas, como se verá adiante, e ao se ocuparem em registrar variantes tanto na fala dos ribeirinhos da região do rio Etá, quanto em alguns textos da literatura brasileira.

³ “Alguns trabalhos nossos, publicados em *O Estado*, aguçaram-lhe o interesse folclórico pelo que nos propôs um estudo em conjunto” (SILVEIRA, 11 abr. 1970, p. 52).

⁴ Cf. ALMEIDA, 2013, p. XLVI.

Dentre os vários artigos que publicou, em “Linguagem popular e literária”,⁵ Graco Silveira afirma que a linguística passou a ser positiva depois que deixou de se basear na norma para se basear na observação do fenômeno linguístico em si. Por mais que não concordasse integralmente com as posições de Mário de Andrade – conforme deixará claro em artigo de 1970 –⁶ em relação à colocação dos pronomes átonos na escrita, quebrando “os tabus filológicos e estéticos”, Graco considera, assim como o autor de *Macunaíma*, a próclise como sendo a posição mais corrente e correta no português do Brasil:

Reconhecido que a primeira lei da linguagem é a clareza, e a primeira qualidade do estilo, o vigor da expressão, quebraram-se vários tabus filológicos e estéticos. Se iniciando as orações imperativas com o pronome oblíquo, damos ao pensamento nova modalidade, a saber, o ‘tom’ amigável de um pedido: “Me arranje esse negócio”, “me entregue os papéis”, etc, expressão que o imperativo mandativo não possui, como o demonstrou João Ribeiro, aferrarmo-nos à tradição gramatical seria, no dizer do mesmo e ilustre filólogo, verdadeira mutilação de ideias e sentimentos que nos são próprios (SILVEIRA, 1937b).

No caso da colocação pronominal, parecem se aproximar as posições de Graco Silveira e de Mário de Andrade. Diante das anotações deste para a *Gramatiquinha da fala brasileira*, Edith Pimentel Pinto (1990, p. 207) sugere que uma das explicações dadas pelo autor para o uso da

⁵ Recorte de artigo encontrado no Acervo Ernani Silva Bueno (Instituto de Estudos Brasileiros – USP). Há indicação da autoria, do título, do local de escrita – Itapetininga – e do ano 1937.

⁶ “Sempre admiramos em Mário de Andrade a independência das ideias, a atitude iconoclasta dos inovadores, a incessante atividade literária. Mas além de discordarmos de suas concepções artísticas, nunca pudemos compreender aquelas chamadas “experiências de linguagem”, hibridismo verbal em que se misturam preceitos da língua escrita e modismos da língua vulgar, ou, em outras palavras, regras de gramática normativa com registros de gramática expositiva. Frequentemente, em seus escritos, uma frase de bom cunho vem ao lado de outras em *caçange* e não raro no meio destas aparecem francesismos inexplicáveis, absolutamente fora das construções do uso popular: “Mãe leva um *trem de vida* muito custoso” (*trem de vida* – *train de vie*). De tudo isto resulta um tipo de língua que ninguém fala nem escreve. Da mesma forma que a religião, o idioma não pode ser motivo de experiências” (SILVEIRA, 1970, p. 52).

próclise seria o fato de que essa forma conformaria melhor à psicologia do brasileiro. Tal explicação seria também pautada nos mesmos estudos de João Ribeiro em que se baseara o professor Silveira. Mais uma semelhança está no fato de que, segundo a *Gramatiquinha* (PINTO, 1990, p. 209), a ênclise somente seria justificável⁷ em frases de “valor imperativo”, denotando certa rispidez, como também defende Graco Silveira.

Ainda em “Linguagem popular e literária”, Graco Silveira oferece exemplos de como, na literatura, alguns autores elaboraram diálogos em que seria possível perceber tentativa de imitar a maneira de falar, a partir do uso da linguagem e não das regras já estabelecidas pela gramática normativa. Machado de Assis, apesar de não ter se desvencilhado “da tradição gramatical no que respeita a colocação dos pronomes oblíquos átonos” (SILVEIRA, 1937b), teria, em outros casos, conseguido diferenciar a fala de seus personagens em relação àquela empregada em Portugal. Em alguns exemplos, Graco Silveira reconhece que as formas correntes, representadas pelos diálogos machadianos, retomariam usos antigos do português, um pouco na linha do que afirmava Amadeu Amaral e o próprio Graco Silveira a respeito da sobrevivência de formas arcaicas:

[...] Menos ciosos da tradição da Língua que os filólogos, os literatos acolhem, de boa sombra, vocábulos, expressões, torneios que os escritores de outras fases não conheceram, recorrem a idiomatismos e inversões violentas, já para denotar naturalidade, já para obter graça, variedade e ênfase. [...] somente a necessidade literária da energia explica orações como esta, de Machado de Assis: “Como pode ser assim... se nunca jamais ninguém não viu estarem os homens a contemplar seu próprio nariz? (*Memórias Póstumas*, p. 161.). [...] Com efeito, repare-se nestes torneios do A. de *Quincas Borba*: [...] Isto de filhos... é o diabo” (Idem, *Memorial*, p. 64). [...] Como se vê pela última frase transcrita, um dos característicos, quase cacoete, da conversação usual é a palavra diabo (às vezes disfarçada em diacho e dianho). Trata-se de uso antiquíssimo. “Que noite de diabos foi esta!” lê-se em Ferreira ([*O cioso*], 108), e no

⁷ No artigo “O baile dos pronomes”, de 7 de outubro de 1941, esclarece o autor: “Aliás, creio que foi João Ribeiro quem analisou primeiramente a diferenciação psicológica entre o mansinho “Se sente” nosso e o mais imperativo “Sente-se” desses portugueses, durante vários séculos em suas colônias. Eu reconheço o valor da psicologia organizando as sintaxes nacionais, mas tenho um pouco de medo disso. Levaria a generalizações monótonas e sem sabor estilístico” (ANDRADE, 1955b, p. 266).

A. de *D. Casmurro* há exemplos abundantes: “Que diabo ganhava eu em desfazer o que ela dizia?” (Memórias, p. 215). “Não me pareceu menos... que eles nos mandavam a todos os diabos” (Idem. Memorial, p. 226). (SILVEIRA, 1937b).

A potência expressiva no uso de sentenças vivas (como o idiomático “diabo”) das frases de Machado de Assis, autor que conseguiria desmanchar “o hiato que separava a linguagem usual da literária”, faria Graco Silveira afirmar que esses tipos de frases deveriam ser imitados, sobretudo “pelas qualidades do romancista e conhecedor de nossa língua” (SILVEIRA, 1937b). Essa incursão pelo artigo de Graco Silveira parece suficiente para pensar possíveis pontos de intersecção com Mário de Andrade. Tanto a pesquisa do canto das populações ribeirinhas do Etá quanto o escrever “mais brasileiro” e “menos português” de Machado de Assis seriam tópicos caros a Mário de Andrade. Tais preocupações apareceram tanto na gestão de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, e nas incursões para se gravar manifestações culturais de regiões “isoladas” de São Paulo, quanto na crítica literária dos fins dos anos de 1930, quando já havia deixado a direção do Departamento e assumido a posição de professor catedrático da Universidade do Distrito Federal, em que advertia os escritores mais jovens da necessidade do treino artesanal, apontando Machado de Assis como baliza para o desenvolvimento de uma língua nacional literária, mas também chamando a atenção para a questão da “naturalidade” da representação da fala:

Si conseguirmos qualquer espécie mais constante de unidade nacional, de Machado de Assis deverá partir, creio, a sistematização da nossa língua escrita. Não nos competia aos do meu tempo lhe estudar a lição e continuá-la, porque não há nada de mais incompreensível e velho a uma geração que tudo quanto imediatamente a antecedeu [...]. É no velho Machado que irão encontrar aquela claridade, aquela pureza, aquela elegância esquecida, aquela desestilização e a fonte legítima da uniformidade infatigável (ANDRADE, 1955a, p. 36).

Voltando às cartas, a resposta de Mário de Andrade chegou pouco mais de uma semana depois, em carta datada de 22 de abril de 1937, escrita agora em tom mais informal. Nela reitera a importância da participação de Graco Silveira no congresso, “me permito, mais uma vez e com maior intimidade, insistir na sua presença”, e responde à pergunta sobre a cantiga.

Explica que, apesar de não ter elementos suficientes para avaliar, dada a brevidade do registro musical, à primeira vista, não se tratava de música original brasileira, pois seria de “tonalidade europeia por nós importada” (carta de 22 abr. 1937). No entanto, admite que, apesar de ser levado a executar a frase mais rapidamente que o indicado na notação musical, a lentidão registrada do andamento a libertaria “um pouco mais do seu vago internacionalismo tanto tonal como de arabesco melódico”. A aparente contradição entre o registro e a sensação de Mário de Andrade é corrigida por um “Deus me livre dizer com isso que a sua indicação está errada” (carta de 22 abr. 1937), que parece abrir espaço à escuta, oferecendo convite ao diálogo com maior proximidade – o que já fora explicitamente colocado, por não contrariar a avaliação de Graco Silveira. Tal construção retórica parece se relacionar àquilo que Marcos Antonio de Moraes, em *Orgulho de jamais aconselhar*, definiu como uma característica da escrita epistolar de Mário de Andrade, qual seja a “escrita incisiva” dos anos de 1920 teria se revestido de “aparente humildade tentando solapar o ato narcísico”, o que acabaria por criar “cumplicidade” por meio da “experiência compartilhada” (MORAES, 2007, p. 217). Parece ser este, aliás, o efeito causado no remetente Graco Silveira:

Naquelas paragens [do rio Etá] colhemos, certa vez, uma toada que mereceu interessante comentário do notável folclorista. Referindo-se, certa vez, à grande cultura de Ramalho Ortigão disse Eça de Queiroz que esse irmão de letras lhe dava a impressão de um homem tão rico que, ao tirar um lenço do bolso, deixasse cair um maço de notas. É a comparação que nos sugere a seguinte carta [a resposta de 22 de abril de 1937, de Mário de Andrade] (SILVEIRA, 1970, p. 52).

Ainda na mesma resposta, o autor de *Macunaíma*, numa digressão, observa que há muita variação no “folclore músico nacional”, o que seria, em sua observação, prova de que este ainda estaria em fase de formação,⁸ mas, ao mesmo tempo, “em pleno período de decadência, ocasionada principalmente pelo disco, pelo rádio, pelo piano, pelo nomadismo da

⁸ Nessa explicação, o “folclore músico nacional” em caráter de formação é análogo ao que Mário de Andrade afirma sobre o brasileiro no “1º. Prefácio” não publicado de *Macunaíma*: “O brasileiro não tem caráter [...] Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma” (ANDRADE, 2007, p. 217-218).

nossa gente”⁹ (carta de 22 abr. 1937). A sensação de ambivalência talvez levasse Mário de Andrade a se empenhar no registro dessas manifestações, no período em que era diretor do Departamento de Cultura. Talvez venha daí, também, certa tendência em buscar sistematizações.

Mário de Andrade, ainda na mesma carta, faz duas propostas de trabalho em colaboração com o destinatário: o Departamento de Cultura levaria equipamento portátil, cujo transporte à época mobilizaria dois funcionários em dois automóveis, à região do rio Etá para gravar e transcrever peças colhidas por Graco Silveira; o folclorista estudaria “o folclore oral, anedotas, provérbios, poética, superstições, medicina, linguística”; juntos, Mário e Graco, publicariam na *Revista do Arquivo Municipal* uma “comunicação longa e pormenorizada” (carta de 22 abr. 1937) sobre o assunto. Ao final, Mário de Andrade reitera o interesse por acompanhar e gravar as cantigas dos caipiras.

Nas cartas seguintes, combinam-se os preparativos para a visita. O professor Graco Silveira, em carta de 10 de junho de 1937, convida Mário de Andrade a participar de uma festa folclórica, com “os melhores violeiros de Iguape, Ribeira, Xiririca, Etá e povoações vizinhas”. No entanto, problemas em relação aos custos e à agenda do diretor do Departamento de Cultura, que fora nomeado também para uma posição no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acabam por inviabilizar as visitas a “*court d’amour* de violeiros famanados” (carta de 16 jun. 1937).

O Congresso de Língua Nacional Cantada ocorreu entre os dias 7 e 14 de julho de 1937, nele Mário de Andrade e Graco Silveira se encontraram. Silveira apresentou estudo sobre a fala dos moradores da região do Etá na comunicação “Alguns traços do dialeto caipira e do subdialeto da Ribeira”, transcrita nos *Anais do I Congresso de Língua*

⁹ A trajetória de Macunaíma parece metaforizar bem o folclore em formação, cujo desenvolvimento é interrompido pelo contato com a cultura de massa. Também o personagem, quando ao sair do Mato-Virgem em direção à cidade de São Paulo e deparar-se com a civilização da máquina, sofre uma interrupção. Assim, mesmo depois de reconquistar a muiraquitã (tarefa que o levava à cidade), quando retorna ao Mato-Virgem já não consegue mais entender o “silêncio da noite”. Para Carlos Berriel, a partir de um estudo sobre o romance e suas implicações culturais, enquanto o Mato-Virgem transformaria “Macunaíma em imperador”, a cidade transformaria “Macunaíma em nada” (BERRIEL, 1990, p. 167).

Nacional Cantada.¹⁰ No início do estudo, Graco Silveira expressa estar em consonância com o objetivo do congresso de estabelecer um padrão de pronúncia para algumas expressões culturais brasileiras, ainda que considere a fala como um espaço de variação linguística. Assim, seguindo o pedido de Mário de Andrade, Graco Silveira elenca aspectos da pronúncia que ocorria no estado de São Paulo, baseando-se nas pesquisas de Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, Cornélio Pires e Leôncio C. de Oliveira, mas anotando as especificidades que observara na fala dos moradores da região da chamada Zona da Ribeira (SILVEIRA, 1938, p. 506). Descreve, por exemplo, *lh* de acordo com o “valor típico de alguns fonemas em São Paulo”:

LH – se reduz a i: maió, muié. É o i consoante, ou i duplo, que aparece em Máio, maiormente, etc. Não raro passa a l sonoro alveolar: le. Nossos caipiras dizem “Deus le pague” e alguns, raramente, “Deus ie pague”. Também este fato é explicado pela influência tupi. Mas a prova de que obedece à lei do mínimo esforço está em que o mesmo som de i existe em Francês: apic(u)la deu abeille (abéie) como vermic(u)lo, vermeille (SILVEIRA, 1938, p. 510).

Ao final da comunicação, descreve particularidades da região da Zona da Ribeira, com a singularidade de ritmo do linguajar ribeirano, cujo fraseado poderia ser representado por uma “espiral em direção oblíqua”, enquanto dos outros paulistas por uma “linha sinuosa em sentido horizontal” (SILVEIRA, 1938, p. 509-510). Mário de Andrade, ao insistir no convite para que Graco Silveira participasse do congresso, pede-lhe a comunicação, reiterando: “ninguém melhor que o Sr. poderá representar a contribuição paulista aos Anais do Congresso” (carta de 22 abr. 1937). Tal contribuição também se deu pela forma obstinada como Graco defendeu os objetivos do congresso mesmo diante de posições contrárias de parte da imprensa. Além do texto publicado nos anais do Congresso de Língua Nacional Cantada, saiu na *Revista do Arquivo Municipal*, de setembro de 1937, o artigo “Destinação e natureza da linguagem” (SILVEIRA, 1937c), publicado em posição imediatamente posterior ao texto “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional

¹⁰ Conforme informa a carta de Mário de Andrade para Graco Silveira, em 17 de agosto de 1937.

no canto erudito”, que apresentava o que foi aprovado no anteprojeto estabelecido no congresso.

Apesar de o texto não aparecer assinado na revista, descobre-se em duas cartas de Mário de Andrade, uma para Pio Lourenço Correa e outra para Luiz Camillo de Oliveira Netto, ser ele o autor¹¹ do anteprojeto que, com as alterações feitas durante o congresso, foi apresentado na revista. No texto, afirma-se que o Congresso de Língua Nacional Cantada não se contrapunha de maneira “alguma às diferenciações fonéticas de uma ou de outra região do país” (NORMAS, 1937, p. 10), o que se verifica pelo registro nos anais de comunicações que registravam pronúncias de várias regiões, assim como demonstra o texto de Graco Silveiro. Ainda de acordo com o texto, era necessário, no entanto, estabelecer “critério civilizador” para “as manifestações eruditas da arte de falar, que em todos os países civilizados são fixadas pelo consenso duma tradição feliz ou pela determinação de quaisquer organismos competentes” (NORMAS, 1937, p. 10). O Congresso de Língua Nacional Cantada decidia que, “nas artes da linguagem e no canto”, elegia-se a “pronúncia carioca a mais perfeita do país”, propondo-a como “língua padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil” (NORMAS, 1937, p. 12-14).

Como justificativa para essa norma, o texto afirma ser necessária a escolha de uma pronúncia padrão devido à “diversidade de pronúncia que entrechocam no ar” (NORMAS, 1937, p. 10.), devido à despreocupação dos atores que vinham de vários estados brasileiros e a quantidade de artistas estrangeiros (portugueses, espanhóis e italianos) ou filhos de estrangeiros que surgiam no palco “num desprezo cego do bem dizer”

¹¹ Carta de Mário de Andrade a Luiz Camillo de Oliveira Netto, de 20 de março de 1937: “Estou de tal forma metido em altas cavalarias com o Congresso de Língua Nacional Cantada, de que tenho que fazer o anteprojeto de dicção cantada a ser apresentado pelo Departamento e ainda uma tese que apresentarei pessoalmente” (PENNA, 2013, p. 220). Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa, de 29 de maio de 1937: “Quanto a mim estou de trabalhar quase todas as noites até três e quatro da manhã e com despertador pras 7 do dia seguinte. Acabei agora a primeira redação do anteprojeto especificando como devem vir cantados todos os fonemas nacionais em todas as posições musicais. É um trabalho de 20 e poucas páginas datilografadas mas que me custou a leitura de toda uma biblioteca, com refazimento e uma paciência louca. Agora estamos discutindo o tal pra redação final. E como esse anteprojeto será apresentado anonimamente por Departamento de Cultura, inda estou na obrigação moral de apresentar tese minha!” (CANDIDO; MELLO E SOUZA, 2009, p. 309).

(NORMAS, 1937, p. 10). Ainda que respondesse a uma questão que já vinha sendo debatida em outros momentos – Tânia Maria de Luca (1999, p. 246-247) lembra que, no teatro, até o final dos anos 1920, ainda era regra comum, por exemplo, a adoção da pronúncia portuguesa por parte dos atores brasileiros, prática que começava a merecer contestações cada vez mais contundentes –, as diretrizes do congresso geraram polêmica. Graco Silveira, em seu texto no mesmo número da *Revista do Arquivo Municipal*, comenta que “algumas folhas volantes” do jornalismo ainda insistiriam ora na inutilidade, ora nos desacertos do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada. Elio Serpa (2001, p. 71-76) aproxima o gesto de padronização à política nacionalista do Departamento de Cultura, de caráter higienista e, por certo, uma análise do movimento social e das forças que são nele exercidas leva a essa conclusão. A complexidade deste congresso constitui-se pela ambivalência entre a tentativa de se registrar a diversidade das variantes da língua portuguesa do Brasil e, ao mesmo tempo, uma padronização no canto lírico e na declamação, o que é oposto à institucionalização de tal diversidade.

Em “Destinação e natureza da linguagem”, Graco Silveira, em posição de defesa, afirma que fora proposta, pelo Congresso de Língua Nacional Cantada, apenas a padronização da língua nacional no “canto erudito e [n]o teatro” (1937c, p. 51), uma vez que os estudiosos reunidos em torno do certame estavam conscientes que a evolução linguística não respeitava a “sistematização ortoépica” (1937c, p. 50), e, por isso mesmo, não se propunha uma padronização da língua em seu uso estendida a outros campos. Nesse artigo, a adesão de Graco Silveira ao projeto encabeçado por Mário de Andrade é enérgica. Além do artigo ser publicado logo após a publicação das “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional do Canto Erudito” e da defesa explícita, Graco Silveira finaliza o artigo anunciando o trabalho pioneiro desenvolvido e a necessidade de se fazer outro congresso: “Em resumo, o principal objetivo do Congresso, o que constitui sua finalidade precípua, só pode ser integralmente apreciado mais tarde: a padronização, mesmo restrita ao canto erudito e ao teatro não é tarefa para um só Congresso” (SILVEIRA, 1937c, p. 51).

A colaboração de Graco Silveira e Mário de Andrade segue no diálogo epistolar com pedidos deste para que aquele lhe enviasse lista cronológica com a data de festas tradicionais populares da Zona da Ribeira (carta de 13 out. 1937) e indicação de pessoas que colecionassem “obras de arte, objetos de arte, iconografia nacional e estrangeira, etnografia,

folclore, moedas, selos etc” (carta de nov. 1937). O primeiro pedido foi respondido por Graco Silveira em 22 de outubro de 1937, da resposta ao segundo não há registro nas cartas. Em carta de 24 de fevereiro de 1938, Graco Silveira volta a mencionar o projeto de escreverem os dois um estudo sobre a Zona da Ribeira: “‘A Festa do Bom Jesus de Pirapora e o Samba Rural Paulista’ veio lembrar-me nossa velha combinação de um trabalho em conjunto, como esse, sobre linguagem e os costumes da Zona da Ribeira” (SILVEIRA, 24 fev. 1938).

O artigo, em cooperação, nunca saiu. Já depois da morte de Mário de Andrade, às vésperas da realização do Segundo Congresso de Língua Nacional Cantada, em 1946, Graco Silveira homenageia o idealizador do primeiro certame afirmando que, nele, “o homem cerebral de certo modo se completava com o homem de coração” (SILVEIRA, 1946, p. 9), levando-o a grandes realizações tanto no campo da arte quanto dos estudos. Descreve pormenorizadamente o primeiro congresso, respondendo ainda às críticas de que a padronização seria almejada para o uso amplo da língua, reitera que, para Mário de Andrade, apenas se tratava de “procurar estabelecer quais os fonemas que poderiam ser discretamente modificados e afeiçoados às exigências artísticas do canto e do teatro”. Apenas faz restrição à escolha da linguagem carioca como padrão, pois, para ele, os epítetos de “mais elegante e mais urbana do país” não serviriam para justificar a escolha. Isso porque “dos dialetos nacionais, o que remonta diretamente às fontes deste nosso ‘português, casta linguagem’ é, sem contestação possível, o que se pratica no Estado de São Paulo” (SILVEIRA, 1946, p. 9).

2 Considerações Finais

Apesar do número aparentemente pequeno de cartas, o diálogo entre Mário de Andrade e Graco Silveira parece se estabelecer a partir de afinidades que incluem, além do interesse comum na pesquisa das manifestações culturais e das formas de falar dos moradores da região do rio Etá, a concepção de língua sujeita a mudanças e variações, tanto regionais dentro do Brasil quanto em relação as formas de falar e escrever do Brasil e de Portugal.

O interesse de Mário de Andrade pelo registro das manifestações culturais da região próxima a Itapetininga estabelece mais um testemunho para a compreensão do sentido amplo da palavra cultura para o autor.

Nas ações como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo e na escrita do anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, como afirma Antonio Gilberto Ramos Nogueira, o conceito de patrimônio para Mário de Andrade abrangia tanto a “forma material” quanto “a forma imaterial e intangível” (NOGUEIRA, 2007, p. 257). A receptividade para com a notação da toada e os preparativos para o registro das apresentações de violeiros proposto por Graco Silveira se constituem como tentativa de inventariar o patrimônio imaterial e intangível das várias regiões brasileiras. Também pode ser assim compreendido o convite feito para que o professor da Escola Normal Complementar de Itapetininga fizesse uma comunicação no I Congresso de Língua Nacional Cantada.

O perfil de Graco Silveira emerge aqui como o professor e linguista também interessado em inventariar as manifestações culturais e a língua de sua região, ainda que não concorde, conforme ficou ilustrado pelo artigo em que recorda seu encontro com o autor de *Macunaíma* e pela amostra de um de seus poemas, com o experimentalismo linguístico do modernista. Assim, os artigos de Graco Silveira, publicados no *Estado de S. Paulo* e na *Revista do Arquivo*, que ainda demandam leitura vertical, estudam – ora baseados ainda em teorias positivistas, ora já mais alinhados aos estudos descritivos de variação – aspectos linguísticos típicos do português do Brasil, o que, como se viu, revelam intersecções com estudos da língua brasileira de Mário de Andrade, sobretudo no que se refere às diferenças entre o português falado em Portugal.

Paralelamente ao fato de que na correspondência entre os dois escritores destaca-se a importância dada ao registro da diversidade dos falares e do patrimônio cultural, na *Revista do Arquivo Municipal* de setembro de 1937, “Normas para a boa pronúncia da Língua Nacional no canto erudito”, documento proveniente do Departamento de Cultura, mas elaborado por Mário de Andrade, e “Destinação e natureza da linguagem”, de Graco Silveira, confirmam a defesa da normalização de uma pronúncia para a língua nacional no canto lírico e no teatro, sinalizando para a necessidade da construção de uma unidade cultural. Em outros termos, se na carta a busca pela expressão musical ribeirinha autêntica, cujo artifício retórico (“Deus me livre de dizer com isso que a sua indicação está errada”), ainda que indiciando a dúvida latente, parece valorizar a diversidade da expressão de uma região brasileira; no texto institucionalizado publicado na *Revista do Arquivo Municipal*,

é a unidade da nação que ganha força na normalização da expressão cantada e declamada, embora, no mesmo congresso, as comunicações apresentadas por vários estudiosos da área tenham também composto inventário da descrição dos falares nas várias regiões brasileiras.

A busca por uma normalização da língua cantada e declamada parece apontar para uma posição pragmática de Mário de Andrade,¹² coerente às funções tanto de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) quanto de crítico literário no jornal *Diário de Notícias* (1939-1941), em cujos rodapés há uma defesa do treino artesanal da escrita literária, elegendo como modelo de língua literária e de atitude de pesquisa artesanal os escritos de Machado de Assis. Escritor cuja técnica também será destacada nos artigos publicados por Graco Silveira no jornal *O Estado de S. Paulo*, quase contemporaneamente. Os empenhos em registrar a diversidade das variantes linguísticas do Brasil e em normalizar uma variante padrão compõem o retrato complexo de Mário de Andrade, já apontado pela crítica, e ajudam a registrar as ambivalências que podem ser flagradas no conjunto da correspondência do autor, “escritas de si” encenadas sinceramente.

Essas possibilidades de composições justificam o interesse pelo estudo da circulação extemporânea da correspondência: algumas figuras, como Graco Silveira, emergem à memória; outras, como Mário de Andrade, tornam-se mais complexas a medida que se observa a correspondência como espaço do debate e performance de si.

Referências

ALMEIDA, A. N. *Edição crítica d'A Gramatiquinha da fala brasileira de Mário de Andrade*. 2013. 584 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 2 v.

ANDRADE, M. Feitos em França. In: _____. *O Empalhador de passarinho*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955a. p. 30-37.

¹² Sobre essa questão, Marcos Antonio de Moraes afirma: “Passado o calor da inovação artística da década de 1920, assentava-se a “normalização da extravagância”, porta aberta para todos os cabotinismos da arte. Mário os detecta, combatendo a mistificação e o diletantismo de maneira programática nas páginas do *Diário de Notícias*, entre 1939 e 1941” (MORAES, 2007, p. 217). Sobre a atuação de Mário de Andrade como crítico do *Diário de Notícias*, conferir também *Mário de Andrade no Diário de Notícias: o método e a crítica circunstancial*.

- ANDRADE, M. O baile dos pronomes. In: _____. *O Empalhador de passarinho*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955b. p. 263-268.
- ANÚNCIO da Monteiro Lobato & Cia. *Revista do Brasil*, ano 7, v. 19, n. 74, 1922.
- BERRIEL, C. E. O. A uiara enganosa. In: _____. (Org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo: Ensaio, 1990. p. 133-177.
- CANDIDO, A; MELLO E SOUZA, G. *Pio & Mário, diálogo da vida inteira: a correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade, 1917-194*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ouro sobre Azul; SESC, 2009.
- DE LUCA, T. R. Língua: edificação da cultura nacional. In: _____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 239-296.
- GRACO Silveira Santos. *O Estado de S. Paulo*, p. 33, 25 out. 1970.
- MORAES, M. A. *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2007.
- MORAES, R. G. *Mário de Andrade no Diário de Notícias: o método e a crítica circunstancial*. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MORAES, R. G. Tive o desejo apenas de lhe dar todos os esclarecimentos que podia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 67, p. 255-262, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rieb/article/view/137580>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- NOGUEIRA, A. G. R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.
- NORMAS para a boa pronúncia da Língua Nacional no Canto Erudito. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 4, v. 49, p. 5-54, set. 1937.
- PENA, M. L. (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto*. São Paulo: Edusp, IEB, 2013.
- PINTO, E. P. (Org.). *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SERPA, E. O congresso de língua nacional cantada de 1937. *Diálogos*, v. 1, p. 71-66, 2001.

SINTRA, A. Rapshódias. *O Combate*, ano 10, n. 2710, p. 4, 23 jun. 1924.

SILVEIRA, G. A linguagem e o canto. *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 14 jul. 1946.

SILVEIRA, G. Alguns traços do dialeto caipira e do subdialeto da Ribeira. In: CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1., jul. 1937, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. p. 505-510.

SILVEIRA, G. Carta a Mário de Andrade, 16 abr. 1937. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP.

SILVEIRA, G. Carta a Mário de Andrade, 24 fev. 1938. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP.

SILVEIRA, G. Em torno de um congresso. *O Estado de S. Paulo*, p. 52, 11 abr. 1970.

SILVEIRA, G. Linguagem e sociologia. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 13 jan. 1937a.

SILVEIRA, G. Linguagem popular e literária. [S.l.]: [s.n.], dez. 1937b.

SILVEIRA, G. Sobre a origem da linguagem. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 32, fev. 1937c.

SILVEIRA, G. Tarde no Paranapiacaba. *Caldas de São Pedro*, São Pedro, n. 21, p. 3, 8 nov. 1936.

Recebido em: 19 de março de 2018.

Aprovado em: 03 de julho de 2018.